



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) DESEMBARGADORA VERA LÚCIA CORREIA LIMA

Processo nº: 0142590-28.2018.8.06.0001

HELIENE DUARTE DA SILVA, já devidamente qualificada, através de seu advogado, vem, perante Vossa Excelência, oferecer EMBARGOS DE DECLARAÇÃO da decisão monocrática de fls. 154/170.

DA NECESSIDADE DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS

É consabido que os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no acórdão proferido pelo Tribunal. Essa modalidade recursal permite o reexame do acórdão embargado para o específico efeito de viabilizar um pronunciamento jurisdicional de caráter integrativo-retificador que, afastando as situações de obscuridade, omissão ou contradição, complemente e esclareça o conteúdo da decisão, o que é o caso ora em espécie.

DA OMISSÃO QUANTO O PEDIDO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

A Nobre julgadora, ao proferir o julgamento do presente feito, manteve incólume a sentença de primeiro grau.

Contudo, a decisão embargada não se manifestou acerca do pedido de majoração dos honorários advocatícios sucumbências, requerido pela parte apelada em suas contrarrazões e com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

Destaca-se que independentemente de pedido expresso, o § 11 do art. 85 do CPC/2015, determina expressamente que o Tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente, levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º do art. 85 do CPC.

§ 11. O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em

Rua Francisco Segundo da Costa, nº 107, sala 17-18, Edson Queiroz- Fortaleza-CE
CEP 60811-650.
TELEFONES: (85) 4101-9021/ 986181414/ 999265030
<http://WWW.MTADVOGADO.COM.BR> E-mail: atendimento@mtadvogado.com.br





grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.

Ressalta-se que o STJ já fixou tese de que o § 11 do art. 85 do CPC/2015, o qual disciplinou a hipótese de majoração da verba honorária em grau de recurso, tem dupla funcionalidade: atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir o exercício abusivo do direito de recorrer.

A majoração é da mais lidime justiça haja vista, que a parte apelante recorreu para esta Corte Alencariana com tese que contraria entendimento pacífico do Eg. STJ, conforme foi sabiamente reconhecido pela Nobre julgadora.

Apesar de não ser o caso dos autos, haja vista, que a parte apelante apresentou contrarrazões, mas é importante destacar que o Eg. STJ entende que ainda cabe a majoração, independentemente de comprovação de trabalho adicional, senão vejamos a decisão do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. TRABALHO ADICIONAL DO ADVOGADO. COMPROVAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. 1. É dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal, que será considerado, no entanto, para quantificação da verba. Precedente da 2ª Seção. 2. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (STJ - AgInt no AREsp: 1171979 SP 2017/0223561-4, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 08/05/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/05/2018)

Diante do exposto, requer que seja sanada a omissão e haja a manifestação expressa acerca da majoração dos honorários advocatícios, conforme previsão do § 11 do art. 85 do CPC/2015, e, com isto, os mesmos sejam majorados para a importância de 20% (vinte) por cento da condenação.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer a intimação do Embargado para que querendo apresente resposta ao presente Embargos de declaração.

Requer ainda, o reconhecimento e provimento dos presentes embargos, para sanear a omissão

Rua Francisco Segundo da Costa, nº 107, sala 17-18, Edson Queiroz- Fortaleza-CE
CEP 60811-650.
TELEFONES: (85) 4101-9021/ 986181414/ 999265030
<http://WWW.MTADVOGADO.COM.BR> E-mail: atendimento@mtadvogado.com.br





suscitada nos presentes embargos de declaração, pugnando-se ainda pela modificação do julgado para que os honorários advocatícios sucumbenciais sejam majorados para a importância de 20% (vinte) por cento da condenação, conforme previsão do § 11 do art. 85 do CPC/2015.

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Fortaleza-CE, 05 de maio de 2021.

Melkzedec Teixeira da Fonseca
OAB\CE 25.503

João Nogueira Ponte Jucá Filho
OAB\CE 33761

Rua Francisco Segundo da Costa, nº 107, sala 17-18, Edson Queiroz- Fortaleza-CE
CEP 60811-650.
TELEFONES: (85) 4101-9021/ 986181414/ 999265030
<http://WWW.MTADVOGADO.COM.BR> E-mail: atendimento@mtadvogado.com.br





**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO DE DISTRIBUIÇÃO**

Data do Protocolo: 05/05/2021 20:42:10

Termo de Registro e Autuação

Em 21/05/2021, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

DADOS GERAIS DO PROCESSO	
Processo	0142590-28.2018.8.06.0001/50000 -
Tipo de Ação	Embargos de Declaração Cível - Cível
Local de Origem	30ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza
Ação de Origem	Procedimento Comum Cível
Nº de Origem	0142590-28.2018.8.06.0001
Dados complementares	
Número Antigo	.
Quantidade de Volumes	1
Assunto(s)	899-DIREITO CIVIL 7681-Obrigações 9580-Espécies de Contratos 9597-Seguro Seguro
Segredo de Justiça	NÃO
Prioridade Idoso	NÃO
Justiça Gratuita	NÃO
PARTES	
Embargante	: Heliene Duarte da Silva
Advogado	: Melkzedec Teixeira da Fonseca (OAB: 25503/CE)
Advogado	: João Nogueira Ponte Jucá Filho (OAB: 33761/CE)
Embargado	: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S.a,
Advogado	: Fábio Pompeu Pequeno Júnior (OAB: 14752/CE)

Processo nº 0142590-28.2018.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Em 21/05/2021 foi realizada a Distribuição por Prevenção ao Magistrado do(a) Embargos de Declaração Cível nº 0142590-28.2018.8.06.0001/50000 ao **relator (a) DESEMBARGADORA VERA LÚCIA CORREIA LIMA**, na competência **do (a) 1ª Câmara Direito Privado**, pelo seguinte motivo: 0142590-28.2018.8.06.0001. (Mat. 200549)

MAGISTRADOS AFASTADOS / IMPEDIDOS
Magistrados impedidos Não informado

TERMO DE CONCLUSÃO RELATOR

Faço conclusos os presentes autos, nesta data, ao Exmo(a). Sr(a).
DESEMBARGADORA VERA LÚCIA CORREIA LIMA.

Fortaleza, 21 de maio de 2021.

Coordenador(a) do Núcleo Distribuição

Assinado por certificado digital